



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

INCLUSÃO CONTEXTUALIZADA: UM ENSAIO ACERCA DE ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Marina Martin ¹

RESUMO

Pensar sobre as práticas da sociedade exigem levar em consideração o contexto em que estão inseridas, pois o ser humano como sujeito histórico, resultante do desenvolvimento histórico da humanidade, nada faz de forma isolada e descontextualizada. Sendo assim, o objetivo desse ensaio foi desenvolver uma reflexão sobre o fazer educacional da inclusão considerando os seguintes aspectos do seu contexto: história da Educação Especial no Brasil, políticas públicas voltadas ao público-alvo da Educação Especial, formação de professores para trabalhar com esse público e sistema educacional vigente na sociedade atual. Para tanto, foram selecionados artigos que conversassem com esses aspectos para fortalecer a discussão proposta nesse ensaio, o qual se configura como um gênero textual que permite a reflexão mais livre, ainda que baseada em estudos científicos relevantes. Como resultado obteve-se uma reflexão estruturada e embasada que se espera ser um material de contribuição para o pensamento crítico dentro da área de Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial, História da Educação Especial, Políticas Públicas para Educação Especial, Formação de Professores da Educação Especial, Sistema Educacional.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, e de forma mais intensa nos últimos séculos e décadas, houve um aumento da preocupação com a relação entre os indivíduos com deficiência e a sociedade. O resultado dessa preocupação manifesta-se tanto na forma de exclusão quanto de inclusão.

Nessa relação, é importante considerar como se estabelece determinada sociedade em determinada época, pois as características de uma sociedade variam muito a depender da época e do lugar, e o olhar para os indivíduos com deficiência não está isento de suas influências. Assim, dependendo da configuração tempo-espacial, observa-se uma predominância específica na forma como a sociedade lida com a deficiência.

Historicamente, o que ocorre na sociedade sempre influencia o posicionamento dos educadores com relação a essas pessoas. Não estamos imunes a isso hoje em dia, por isso é

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, marina.martin@estudante.ufscar.br;



importante entender o que ocorre em nossa sociedade atualmente, assim como o que já ocorreu e suas consequências, para ampliar nossa compreensão dessa situação.

Nessa perspectiva, esse artigo, em formato de ensaio teórico, pretende focar no aspecto do sistema educacional vigente, a partir de uma primeira exposição de relevantes acontecimentos históricos que têm influenciado essa área do saber. Esse formato de artigo permite uma reflexão mais livre, ainda que seja baseado em estudos relevantes.

Apoiando-se em artigos escritos por estudiosos da área da Educação Especial, pretende-se aqui desenvolver uma reflexão sobre a ênfase na inclusão ou exclusão do aluno público-alvo da Educação Especial nos tempos mais recentes. Para tanto, valeu-se de um olhar para aspectos históricos que envolvem o tema, assim como medidas políticas relacionadas esse público e a formação de professores para atuarem com ele, de forma a expandir a reflexão e considerar o contexto tempo-espacial em que a problemática está inserida.

Não se pode desconsiderar o contexto de uma situação, pois a maneira como se olha para ela, determinando o certo e o errado, o normal e o anormal, depende do contexto em que determinado grupo social que vive essa situação está inserido. Quando se pensa na preocupação em inserir ou não um aluno com deficiência numa sala de aula regular, deve-se entender que essa preocupação é resultante também das características do sistema educacional vigente, e dele não pode ser isolada. Por esse motivo é que esse é outro ponto explorado nesse artigo.

METODOLOGIA

Esse artigo é classificado como um ensaio, o que permite uma reflexão mais livre sobre determinado tema, ainda que tenha como base estudos relevantes à área de saber na qual o tema está inserido.

Dessa forma, o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento dessa pesquisa iniciou-se com a definição do tema de reflexão. Esse é sempre o ponto de partida para desenvolver uma pesquisa de qualquer tipo, mas no caso de um ensaio é importante que o tema da reflexão seja delimitado com clareza e que as bases para seu desenvolvimento também sejam estabelecidas. Assim a reflexão pode ser mais aprofundada e levar o leitor a pensar de forma crítica sobre a problemática em questão.

Em seguida, foram realizadas buscas por artigos relacionados ao tema em plataformas de busca acadêmicas. Após a leitura e seleção dos materiais para compor o referencial teórico

desse artigo, iniciou-se a fase de desenvolvimento da reflexão em diálogo aos escritos selecionados e aqui citados, a qual está estruturada na seção de resultados.

A seguir são apresentados os materiais teóricos utilizados para fortalecer e dialogar com a reflexão proposta.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os artigos selecionados para compor o referencial teórico desse artigo tratam da história da Educação Especial no Brasil e no mundo, políticas públicas voltadas ao público-alvo da Educação Especial no Brasil e formação de professores para atuarem com esse público.

Para iniciar a discussão, utilizou-se do artigo “Breve histórico da Educação Especial no Brasil” (MENDES, 2010), que traz acontecimentos históricos no nosso país relacionados à área da Educação Especial, apresenta sua relação com acontecimentos no âmbito mundial e pontua as mudanças ocorridas ao longo do tempo, principalmente com relação à antiga perspectiva médica sobre a pessoa com deficiência e a criação de instituições para sua escolarização, tratamento e segregação. Com esse material foi possível ambientar a reflexão e trazer as bases históricas sobre as quais ela se apoia.

Em seguida são apresentados pontos importantes colhidos do artigo “Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira” (KASSAR, M., REBELO, A., OLIVEIRA, R, 2019) sobre como ocorreu o processo de implementação de políticas públicas voltadas para a educação da pessoa com deficiência no Brasil. A partir desse artigo amplia-se a discussão para os diferentes momentos nas articulações de propostas no país, o que contribui para a argumentação da importância do contexto em se tratando do posicionamento da sociedade com relação ao público aqui tratado.

Em continuidade ao desenvolvimento dessa discussão, utilizou-se do artigo “A Educação Especial as políticas educacionais brasileiras: Uma abordagem histórica” (RIBEIRO, L. L., SILVA, R. M da., 2019). Dessa forma foi possível trazer um posicionamento crítico de estudiosos da área sobre o processo de inclusão no Brasil e ampliar o tema para a formação de professores para atuarem com o público-alvo da Educação Especial nas instituições do país.

Adiante o artigo “Modelos de formação do professor de Educação Especial: estratégias de consolidação da política educacional” (VAZ, K., GARCIA, R. M. C., 2015) foi importante por possibilitar um maior entendimento dos modelos de formação desses



professores. Além disso, com isso foi possível fortalecer a argumentação da relevância do contexto, uma vez que o surgimento desses modelos deu-se devido às novas políticas públicas relacionadas à Educação Especial.

Por último, para proporcionar mais força à caracterização do sistema educacional vigente dentro dessa reflexão, optou-se por citar uma passagem do artigo “Ambiente Escolar e Segregação Social” (MARQUES et al, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento do pensar sobre a relação entre pessoa com deficiência e sociedade no âmbito da Educação, mais especificamente na Educação Especial, passou por diversas mudanças no Brasil e no mundo ao longo do tempo. No Brasil, a Educação Especial teve uma expressão mais estruturada a partir da segunda metade do século XIX, com a criação dos primeiros institutos para pessoas com deficiência, como o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e a Escola México, em 1887 (MENDES, 2010).

Nessa época a perspectiva predominante ainda era a médica, inclusive dentro das instituições que deveriam ser destinadas à escolarização dos indivíduos com deficiência. Foi dentro dessa perspectiva que se defendeu a segregação como forma mais propícia de escolarização desse público.

Porém, com o passar do tempo, a sociedade se transformou e também o olhar para a escolarização dos alunos com deficiência. Novos estudos foram conduzidos, movimentos sociais ganharam força, em várias partes do mundo, e observou-se uma grande mudança na perspectiva de sua escolarização.

No fim da década de 80, após ser instituída a Constituição de 1988, e com a ampliação da educação obrigatória pública e gratuita para todos, começaram a ser implementadas políticas públicas voltadas para a educação da pessoa com deficiência em nosso país. Esse movimento foi também influenciado pelas declarações em âmbito mundial sobre o direito à educação para todos.

Entretanto, esse processo não se deu de forma homogênea. Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) explicam como podem ser identificados diferentes momentos nas articulações das propostas para Educação Especial no Brasil: durante a década de 90 e início dos anos 2000, a ênfase foi para a escolarização da pessoa com deficiência fora da escola regular, em oposição ao que foi difundido a partir de 2003 sobre a importância desses alunos estarem inseridos na



sala de aula regular, iniciando assim a difusão da ideia da educação inclusiva (KASSAR; REBELO; OLIVEIRA, 2019).

Recentemente, pode ser observado, principalmente na esfera política, um fortalecimento da defesa pela escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial em estabelecimentos privados e voltados exclusivamente a esse público. Entretanto, a ideia de uma educação inclusiva continua sendo a mais defendida pelos profissionais e estudiosos da área.

Ainda assim, depois de várias décadas do processo da inclusão na educação sendo aprimorado, ainda há várias críticas a como ela ocorre. Ribeiro e Silva (2019) posicionam-se sobre isso indicando que para que a inclusão seja efetiva é necessário que as condições escolares no país sejam atualizadas e reestruturadas, não apenas com relação à estrutura física e curricular, mas também à capacitação dos professores.

As políticas de inclusão mais recentes ampliaram o número de alunos público-alvo da Educação Especial na escola regular e na classe comum e passaram a exigir uma formação mais adequada do professor para trabalhar com esse público. Sobre isso, Vaz e Garcia (2015) expõem que há alguns modelos mais comuns de formação de professor de Educação Especial na atualidade e defendem que seu surgimento se deu devido à demanda oriunda das novas políticas públicas.

Além disso, o movimento para que esses alunos tivessem sua escolarização dentro de instituições regulares de ensino junto dos alunos sem deficiência exige um olhar mais direcionado para o que se espera de um aluno sem deficiência nesse contexto e nas consequências que isso poderia ter na escolarização do aluno com deficiência. É preciso pensar para além da necessidade de incluir o aluno público-alvo da Educação Especial no espaço físico da sala de aula regular apenas e examinar as condições desse ambiente e suas implicações para o processo de aprendizagem desse aluno.

Estamos inseridos num sistema de ensino que prevê a educação dos indivíduos de uma sociedade de acordo com o que é convencionado como o conhecimento necessário a ser aprendido em cada faixa etária. Entende-se, assim, que todos os indivíduos de uma mesma faixa etária devem aprender o mesmo conteúdo, da mesma forma e no mesmo ritmo, num processo de homogeneização da aprendizagem de todos.

Esse raciocínio não considera as necessidades que cada grupo social tem e que implicaria no conhecimento necessário para um jovem que faça parte desse grupo. Também não considera o desenvolvimento individual de cada pessoa, sua forma particular de aprender.



O que ocorre na realidade é um processo de intensa massificação do pensamento, do conhecimento e do processo de aprendizagem.

Esse processo resulta muitas vezes numa redução do fazer educacional a uma instrução meramente informacional. O sujeito aluno e sua diversidade cultural são reduzidos à dimensão cognitiva, pois a diversidade não é considerada importante para o processo de ensino-aprendizagem, o que leva a estereótipos como os do bom ou mau aluno, entre outros (MARQUES et al, 2019).

É nesse cenário que se tem defendido a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial e pensado no que fazer para que sua inclusão seja feita buscando adequar-se a esse processo massificador.

Ainda que muitos defendam que o aluno público-alvo da Educação Especial possa seguir seu próprio ritmo, a frustração com relação àquele que não consegue acompanhar as aulas como os outros é grande e preocupante, tanto por parte do quadro pedagógico e administrativo das escolas, quanto por parte do aluno e seus familiares.

Mas é preciso lembrar que essa frustração é fruto de um sistema que busca a homogeneização e, conseqüentemente, demoniza o diferente. Não se pode separá-la do contexto.

Apesar dessa busca, sabe-se que cada indivíduo é único e aprende de certa maneira e em certo ritmo, os quais variam de acordo com as particularidades do sujeito, independentemente de ter ou não deficiência, e conforme o tipo de conhecimento que está aprendendo e o ambiente em que ocorre o processo de ensino-aprendizagem. Disso resultam as frustrações pela não adequação à norma, mesmo em casos de alunos não considerados público-alvo da Educação Especial.

Porém, não se pretende aqui criticar o sistema atual ou indicar possíveis transformações para ele, por mais importante que essa outra discussão possa ser considerando as demandas dos tempos atuais, mas olhar para a inclusão pela perspectiva do contexto no qual deve ser realizada.

É verdade que no Brasil, e em várias outras partes do mundo, cresce o número de escolas alternativas, que buscam outras formas de ensinar que não a de classes regulares com alunos de uma mesma faixa etária a cumprir um currículo pedagógico preestabelecido, por meio de metodologias e técnicas de ensino já convencionadas, sem considerar as necessidades educacionais de cada aluno, mas não é essa a situação da maioria das escolas do país, e é para elas que se busca olhar nessa discussão.



Se no sistema educacional vigente a preocupação é que o aluno público-alvo da Educação Especial acompanhe as aulas no mesmo ritmo que seus pares, com certeza essa preocupação não existiria num sistema educacional diferente, que respeitasse a individualidade de cada aluno e não tentasse alcançar uma padronização de seu desenvolvimento cognitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa é uma reflexão de grande importância para a Educação Especial e para a área de Educação em geral. Precisamos entender em que meio estamos inseridos e como esse meio nos faz pensar e agir, quais são as implicações desse meio para as nossas práticas, pesquisas e discursos.

O que se pretendeu aqui, então, foi trazer essa reflexão sobre o cenário atual do sistema educacional vigente como contexto para o fazer da Educação Especial, levando em consideração também o panorama histórico sobre essa temática, para ampliar nossa compreensão do tema.

Somos todos sujeitos históricos resultantes do processo de desenvolvimento da humanidade. Não estamos isolados no tempo e no espaço, então não é possível separar nenhuma de nossas ações do contexto no qual ela está inserida.

A prática educacional por ser uma ação humana exige também a consideração de seu contexto ao refletir-se sobre seus diferentes aspectos. Aqui o enfoque foi para a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial na sociedade atual levando em consideração o contexto histórico da área, uma vez que a inclusão é ela mesma também resultado do processo histórico de desenvolvimento da humanidade e a ele está subordinada.

Reflexões como esta são importantes para que os profissionais da área da Educação possam atuar com pensamento crítico, entendendo que são sujeitos dentro de um contexto e estão sob influência de seus constituintes. Dessa forma, pode ser possível pensar em adaptações, transformações e inovações em sua prática profissional, bem como para toda a área científica da Educação Especial a partir da condução de pesquisas com um embasamento crítico mais aprofundado e contextualizado.

REFERÊNCIAS



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

KASSAR, M., REBELO, A., OLIVEIRA, R. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnrZFnyqXR9TSpYc/?lang=pt#>> Último acesso em: 29 de set de 2021.

MARQUES, I. R. et al. Ambiente Escolar e Segregação Social. **Anais do 14º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia: Políticas, Linguagens e Trajetórias**. 2019. Universidade Estadual de Campinas.

MENDES, Enicéia G. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/361522-Breve-historico-da-educacao-especial-no-brasil.html>>. Último acesso em: 29 de set de 2021.

RIBEIRO, L. L., SILVA, R. M da. A Educação Especial as políticas educacionais brasileiras: Uma abordagem histórica. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 21. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331841771_A_educacao_especial_as_politicas_educacionais_brasileiras_Uma_abordagem_historica>. Último acesso em: 29 de set de 2021.

VAZ, K., GARCIA, R. M. C. Modelos de formação do professor de Educação Especial: estratégias de consolidação da política educacional. **Educação e Fronteiras On-Line**, v.5, n.13, p.47-59. 2015. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4976/2633>> Último acesso em: 29 de set de 2021.